

O STF (Supremo Tribunal Federal) manteve nesta quarta-feira (26) a condenação do deputado federal Natan Donadon (PMDB-RO), por 8 votos a 1, e pediu que fosse expedido um mandado de prisão contra o réu.



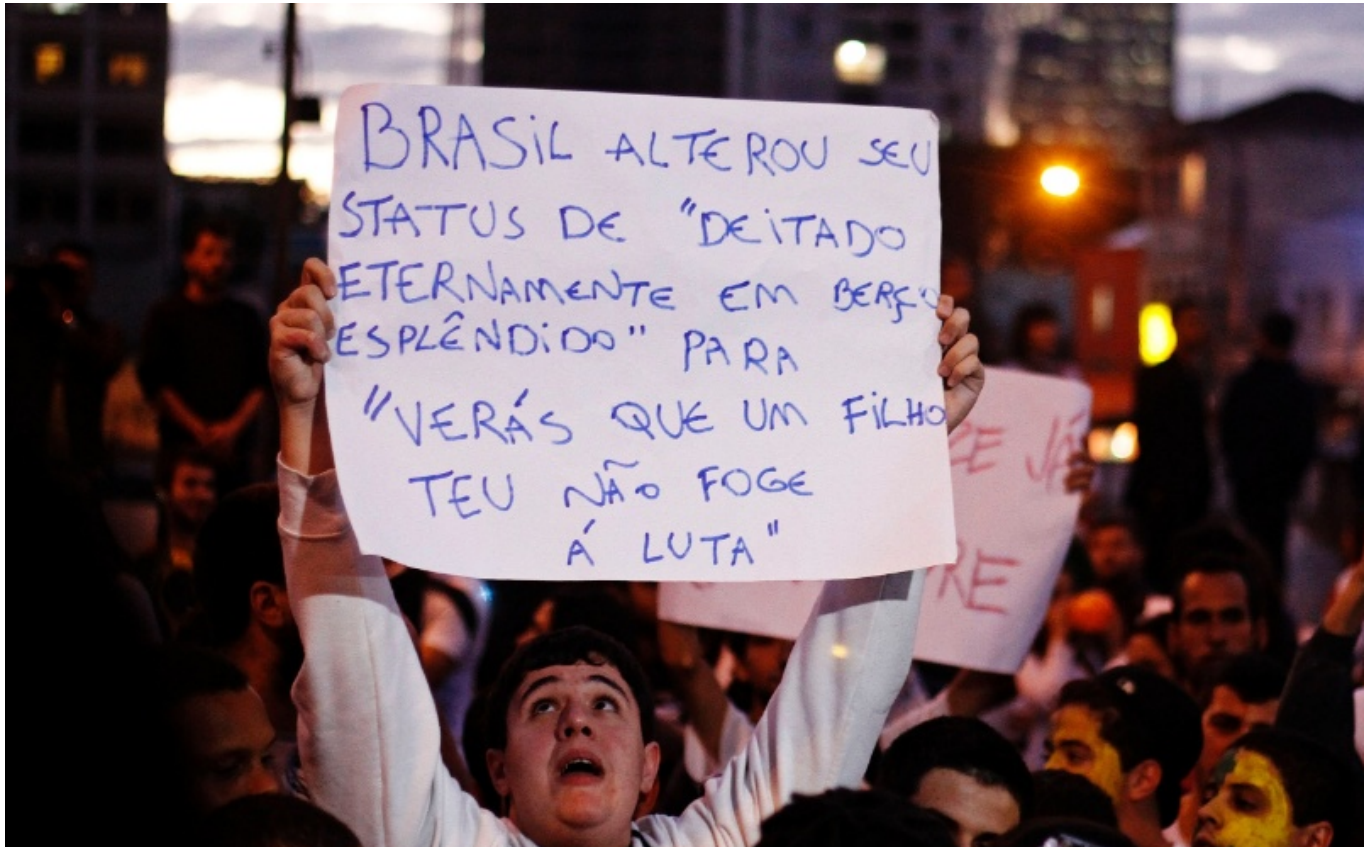
Em 2010 a corte o condenou a 13 anos e quatro meses de prisão por formação de quadrilha e peculato. Donadon é acusado de participação em desvio de cerca de R\$ 8 milhões da Assembleia Legislativa de Rondônia em simulação de contratos de publicidade. Agora só faltam por prender os deputados do MENSALÃO.

Ele é o primeiro parlamentar condenado à prisão desde a Constituição de 1988.

Escrito por Indicado em la materia

Miércoles, 26 de Junio de 2013 18:05 - Actualizado Miércoles, 26 de Junio de 2013 18:10

A decisão se deu num momento em que o Congresso e a Justiça adotam uma agenda 'positiva', após manifestações que entre outras pautas pedem o combate à corrupção se espalharam pelo país. Apenas o ministro Marco Aurélio Mello votou contra a a prisão de Donadon.



Manifestantes contam em cartazes quais são suas reivindicações 155 fotos

16 / 155 17.jun.2013 - Manifestante durante concentração para o 5º protesto contra o aumento da tarifa do transporte coletivo no largo da Batata, em Pinheiros (zona oeste de São Paulo) [Leia mais](#) Léo Pinheiro/Futura Press

"O Supremo optou por nem tomar conhecimento dos recursos do réu, por considerar que o objetivo da defesa era apenas atrasar o processo", afirmou Gustavo Neves Forte, professor da EDB (Escola de Direito do Brasil) e advogado criminalista do escritório Castelo Branco Advogados Associados.

Para o jurista, o caso serve de termômetro com relação ao comportamento do STF no caso dos quatro parlamentares condenados à prisão no julgamento do mensalão. "É provável que isso aconteça no caso dos réus deste processo. Eles recorreram, mas caso a corte considere que são apenas embargos protelatórios, para atrasar o processo, pode mandar que a pena seja cumprida imediatamente", afirma Gustavo.

A assessoria de imprensa do deputado informou que, até as 11h40 ele ainda não havia notificado pela Justiça, e que ele está em Brasília.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que a decisão do STF de prender o deputado será acatada, e que [a casa vai abrir processo para cassar o mandato do deputado](#)

O líder da bancada do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não foi localizado pela assessoria de imprensa. Já a presidência nacional do PMDB disse que "ainda está analisando a decisão do Supremo".

Escrito por Indicado em la materia

Miércoles, 26 de Junio de 2013 18:05 - Actualizado Miércoles, 26 de Junio de 2013 18:10

A assessoria de imprensa do STF informou que "como se trata de um caso inédito, [não é possível determinar exatamente quando o parlamentar será preso](#)". O mandado de prisão será emitido pelo próprio Supremo.

O caso

Natan Donadon foi denunciado pelo Ministério Público de Rondônia sob acusação de, no exercício do cargo de diretor financeiro da Assembleia Legislativa, ter desviado recursos daquele legislativo por meio de simulação de contrato de publicidade que deveria ser executado pela empresa MPJ Marketing Propaganda e Jornalismo Ltda. Outras sete pessoas também foram denunciadas.

O réu chegou a renunciar ao mandato na véspera do julgamento, em 27 de outubro de 2010, mas assumiu outro logo em seguida, após a condenação. Sua defesa pediu nos recursos a nulidade do processo.

[Ampliar](#)



Tensão entre o Legislativo e o STF8 fotos

2 / 8

Caso Feliciano: O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux criticou,

Escrito por Indicado em la materia

Miércoles, 26 de Junio de 2013 18:05 - Actualizado Miércoles, 26 de Junio de 2013 18:10

em 12 de março deste ano, a judicialização da eleição do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Oito parlamentares, incluindo o deputado federal Jean Willys (PSOL-RJ), entraram com uma ação pedindo que o STF considere ilegal a reunião da comissão que elegeu o deputado, sob alegação de que desrespeitou normas do regimento interno da Câmara. O ministro, que é o relator do caso no STF, afirmou que essa é uma questão interna do Congresso. "O que o Supremo tem que se intrometer na eleição de um membro de uma comissão do Parlamento?", disse [L](#)

[eia mais](#)

Arte/UOL

Tomado da UOL.COM.BR